

FLUXO DE CAIXA: UMA ABORDAGEM GERENCIAL

Renato Lopes da Silva (G – UEM)
Cristiani Passolongo Noveli (UEM)

RESUMO

O caixa da empresa é formado por seus ativos circulantes – montantes depositados em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Administrar o caixa inclui as atividades de planejar e controlar os valores que entram e saem da empresa. O fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta para os períodos futuros todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa. Através da análise do fluxo de caixa, pode-se avaliar o processo de circulação de dinheiro dentro da empresa. Este artigo objetiva apresentar os principais conceitos referentes ao fluxo de caixa, bem como à sua elaboração e manutenção. Há aqui duas propostas distintas e complementares de construção de fluxo de caixa: o fluxo de caixa retrospectivo, feito com base em dados obtidas através do Balanço Patrimonial e da DRE e; o fluxo de caixa construído a partir dos dados obtidos em planilhas auxiliares, metodologia esta sugerida pelo SEBRAE/MG. Ao oferecer estas duas abordagens, busca-se fornecer soluções acerca de planejamento e controle de fluxo caixa para empresas de todos os tamanhos.

Palavras-chave: Administração financeira. Gestão financeira de curto prazo. Fluxo de caixa.

1 INTRODUÇÃO

A administração de caixa inclui as atividades de planejamento e controle das disponibilidades financeiras, que é a parcela dos ativos circulantes formadas pelos montantes depositados em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata (SANTOS, 2009; SILVA, 2010).

O fato de a Contabilidade utilizar o princípio da competência para realizar seus registros, cria uma defasagem entre o resultado contábil e a efetiva situação de caixa da empresa. Além disso, a Contabilidade não apura resultados por períodos muito curtos, ao passo que o administrador financeiro precisa conhecer a situação diária do caixa (SANTOS, 2009; SILVA, 2010).

Assim, devido ao fato de a Contabilidade oferecer informações insuficientes, foi criado um sistema especial de informações, com destaque para o fluxo de caixa que, além de gerar informações que não podem ser obtidas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, servem como base diária para o gerenciamento financeiro de curto prazo, ou períodos mais longos, tais como meses ou trimestres (SANTOS, 2009).

O fluxo de caixa também é considerado um importante instrumento de análise, pois permite aos analistas identificar o processo de circulação de dinheiro dentro da empresa, através da

variação observada em seu caixa (e equivalentes). Desse modo, a expressão fluxo de caixa abrange pagamentos e recebimentos em geral e sua análise examina a origem e a aplicação do dinheiro que transitou pela empresa (SILVA, 2010).

Assim, devido à importância desta técnica, este artigo tem o objetivo de apresentar os principais conceitos referentes ao fluxo de caixa, bem como à sua elaboração e manutenção. Há aqui a proposta de duas técnicas distintas para a elaboração do fluxo de caixa: a primeira direcionada às médias e grandes empresas, que possuem um controle contábil efetivo, de onde podem ser retiradas as informações necessárias à elaboração do fluxo de caixa retrospectivo (tanto através da mecânica direta, quanto da mecânica indireta); a segunda destina-se a atender as necessidades das micro e pequenas empresas, cujo controle contábil normalmente não corresponde à realidade financeira da empresa, no qual as informações necessárias para a elaboração do fluxo de caixa são obtidas através de planilhas auxiliares. Nesta segunda abordagem, será utilizada uma metodologia alternativa sugerida pelo SEBRAE/MG.

Para atingir este objetivo, executou-se uma pesquisa constituída exclusivamente de fontes bibliográficas, uma vez que este estudo classifica-se como exploratório e se propõem a demonstrar várias posições acerca do tema tratado através de um levantamento bibliográfico (GIL, 2008).

2 FLUXO DE CAIXA: CONCEITOS, MÉTODOS E FINALIDADES

De acordo com Oliveira (2005, p. 56), “o fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta para os períodos futuros todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período projetado”.

Santos (2009, p. 57) define fluxo de caixa como “um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente”.

Ainda segundo Santos (2009, p. 57), “a administração de caixa começa com o planejamento de caixa, atividade que consiste em estimar a evolução dos saldos de caixa da empresa”. Para tanto, pode-se dividir o fluxo de caixa em três segmentos: o fluxo de caixa passado, que já foi realizado; o fluxo de caixa previsto, ou seja, a previsão futura de caixa e; uma terceira forma que considera o passado para fazer ajustes a recursos obrigatórios que ocorrerão no exercício seguinte (SILVA, 2010).

Uma das funções do administrador de caixa será a comparação entre o fluxo de caixa previsto e o realizado, objetivando identificar eventuais variações e as causas de suas ocorrências. A análise do fluxo de caixa auxiliará no entendimento da proveniência e do uso do dinheiro na empresa e poderá levar a medidas administrativas de correção de rota no gerenciamento dos negócios da empresa (SILVA, 2010, p. 447).

A principal finalidade das projeções de caixa da empresa é informar a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros de curto prazo. Outras finalidades são (SANTOS, 2009):

- Auxilia no planejamento de empréstimos e financiamentos, apontando quando e quanto contratar de financiamentos;
- Auxilia a maximizar o rendimento das aplicações das sobras de caixa, uma vez que as projeções do fluxo de caixa permitem ao gestor fazer a aplicação das sobras do caixa por períodos longos, de até 30 dias, obtendo uma boa rentabilidade;
- Ajuda a avaliar o impacto financeiro de variações de custo, evidenciando o impacto das decisões geradas pela decisão de operar com prejuízos ou lucros reduzidos;

- Auxilia a avaliar o impacto financeiro do aumento das vendas, permitindo à empresa decidir o melhor destino para o excesso de caixa.

Quanto ao formato do fluxo de caixa, os principais fatores determinantes são: o prazo de cobertura, ou seja, o horizonte de tempo de projeção do saldo de caixa, que pode ser de uma semana até 3 meses (curto prazo), entre 91 dias e um ano (médio prazo) ou superior a um ano (longo prazo) e; o grau de detalhamento e precisão das entradas e saídas de caixa, em que o ideal é que o controle de fluxo de caixa inclua apenas informações referentes à entrada e saída periódicas (diárias, semanais, mensais etc.) de dinheiro, o estoque inicial de dinheiro e o saldo de caixa no final do período, não incluindo funções de controle financeiro. É importante ressaltar que, caso aja um item “diversos” na planilha de fluxo de caixa, o valor deste item não pode ultrapassar 10% do total dos recursos movimentados pela empresa, sob pena de prejudicar – ou até mesmo comprometer – o uso deste instrumento de controle financeiro, já que passa a haver um dado genérico com valor substancial (SANTOS, 2009).

Santos (2010) destaca duas relações básicas existentes no fluxo de caixa. A primeira é a relação entre os elementos de caixa mostrada na Figura 01. A segunda relação é dada pelo seguinte enunciado: “o saldo inicial de caixa de um período de informação é igual ao saldo final de caixa do período anterior” (SANTOS, 2009, p. 61).

$$\text{Saldo inicial de caixa} + \text{entrada de caixa} - \text{saída de caixa} = \text{saldo final de caixa}$$

Figura 01 – Relação Entre os Elementos de Caixa

Fonte: SANTOS (2009, p. 61).

É possível construir e analisar um fluxo de caixa a partir do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. A esta técnica, dá-se o nome de fluxo de caixa retrospectivo (SILVA, 2010).

Com base no exposto anteriormente, o tópico 3 deste artigo fará uma breve descrição dos principais itens integrantes do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, essenciais para a correta compreensão da construção do fluxo de caixa retrospectivo, que será abordado no tópico 4. O tópico 5, por sua vez, objetiva apresentar o método alternativo de construção do fluxo de caixa, feito através de dados coletados e organizados em planilhas auxiliares. Este método, apresentado pelo SEBRAE/MG, destina-se a micro e pequenas empresas, cujo controle contábil, feito através do balanço patrimonial e da DRE, nem sempre é efetivo, pois pode não se adequar às necessidades da empresa.

3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

3.1 O BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração da situação patrimonial e financeira da empresa em determinada data; geralmente, sua publicação refere-se ao último dia do ano civil. É composto por dois grandes blocos: o bloco do Ativo e o bloco do Passivo e do Patrimônio Líquido. No lado esquerdo do BP está o Ativo, que mostra onde a empresa aplicou seus recursos, formados por bens e direitos a receber na data do balanço. No lado direito do BP está o Passivo, cujas contas representam a origem dos recursos, sendo formado por capital de terceiros – contas que formam as obrigações da empresa – e por capital próprio, representado na parte denominada Patrimônio Líquido – investimentos feitos pelos sócios e pelos lucros gerados pelas operações. O Patrimônio Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo.

(MATARAZZO, 2003; MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010). O Quadro 01 apresenta as contas do Balanço Patrimonial.

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE Caixa Bancos Aplicações financeiras Duplicatas a receber (-) Duplicatas descontadas Estoques Despesas antecipadas	PASSIVO CIRCULANTE Duplicatas a pagar Impostos, taxas e contribuições Salários a pagar Encargos sociais Empréstimos Dividendos a pagar Outras obrigações a curto prazo
ATIVO NÃO CIRCULANTE Ativo realizável a longo prazo Valores a receber	PASSIVO NÃO CIRCULANTE Financiamentos Debêntures
Investimentos Participação acionária em outra empresa	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reservas de Capital Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros Prejuízos acumulados (-) Ações em tesouraria
Imobilizado Prédios Máquinas e equipamentos (-) Depreciação acumulada Terrenos	
Intangível Fundo de comércio adquirido Patentes adquiridas	

Quadro 01 – Balanço Patrimonial.

Fonte: SILVA (2010, p. 96).

As contas do Ativo, bem como de seus subgrupos, devem estar dispostas em ordem decrescente dos prazos estabelecidos ou esperados de realização, ou seja, essas contas devem estar em ordem decrescente do grau de liquidez. Desse modo, as contas mais líquidas aparecem na parte superior do Ativo, enquanto aquelas de mais difícil realização vêm na parte inferior (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010).

O primeiro subgrupo do Ativo é o Ativo Circulante. “O Ativo Circulante compreende as disponibilidades e os direitos realizáveis no exercício social subsequente” (SILVA, 2010, pág. 97). Assim, “todas as contas que possuem liquidez imediata ou que possam ser convertidas em dinheiro no curto prazo, isto é, até a elaboração do próximo BP, integrarão o Ativo Circulante” (MEGLIORINI e VALLIM, 2009, p. 39). O ativo circulante divide-se em disponibilidades e direitos realizáveis no exercício subsequente que, por sua vez, se subdividem, respectivamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras e duplicatas a receber, estoques, adiantamento a fornecedores e despesas antecipadas (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

As disponibilidades são compostas de recursos financeiros possuídos pela empresa e que podem ser utilizados imediatamente, sem restrições, tais como: o caixa, valor mais líquido existente na empresa, formado pelo dinheiro disponível para uso imediato; os bancos, que

compreende os saldos bancários da empresa em conta-corrente, na data do balanço, disponível para livre movimentação e; as aplicações financeiras de liquidez imediata, títulos que podem ser facilmente convertidos em dinheiro (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

Os direitos realizáveis no exercício social subsequente compreendem bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro num prazo inferior a 360 dias. Este subgrupo é formado por: contas ou duplicatas a receber, valor a receber dos clientes resultantes de vendas a prazo – das duplicatas a receber é abatido o valor da conta provisão para devedores duvidosos, sendo necessário que ocorra primeiro a perda para depois haver a dedutibilidade, respeitando as condições criadas pela Lei nº 9.430/96; estoques, formado pelo valor monetário das mercadorias adquiridas para venda (nas empresas comerciais), ou pelo valor monetário constituído pela matéria-prima, materiais de embalagem e materiais auxiliares que serão consumidos na produção, pelos produtos em processo e pelos produtos acabados (nas indústrias) – também são classificados na conta estoques os itens constantes no almoxarifado, ou seja, produtos de uso não destinados à venda; aplicações de liquidez não imediata, cujo resgate ocorrerá no exercício social subsequente, tais como Letras de Câmbio e aplicações em ouro – sendo que o saldo desta conta deve aparecer atualizado de acordo com os ganhos ou perdas incorridos até a data do balanço; adiantamento a fornecedores, sendo integrados nesta conta apenas os materiais, matérias-primas e mercadorias que serão utilizados nas atividades operacionais da empresa e; as despesas antecipadas, despesas do exercício seguinte que já foram pagas (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

O segundo subgrupo do Ativo é o Ativo Não Circulante. Este engloba os valores realizáveis em um prazo superior a um ano. O Ativo Não Circulante compreende o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010).

O ativo realizável a longo prazo, com exceção dos disponíveis, são todas as contas do Ativo Circulante que tiverem prazo de realização após o término do exercício seguinte ao balanço, ou seja, demorem mais de um ano para serem recebidas. Com a passagem do tempo, essas contas são transferidas para o Ativo Circulante (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010).

Os investimentos são formados por aplicações que não se destinam a manter as atividades da empresa. O imobilizado representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade. São bens utilizados nas atividades da empresa e não estão destinados à venda. O intangível é composto por aplicações em valores imateriais, também necessários à manutenção da atividade, tais como marcas, patentes e pontos comerciais. São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

Do lado esquerdo do BP estão as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido que “representam as fontes de recursos utilizadas pela empresa, podendo tais recursos ser provenientes de terceiros (dívidas) ou dos sócios, por meio de aporte de capital ou de lucro gerado pela própria empresa” (SILVA, 2010, p. 113). Desse modo, como os ativos, as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido vão do curto para o longo prazo (GITMAN, 2010).

O Passivo Circulante compreende as obrigações vencíveis no exercício social subsequente ao encerramento do balanço. É composto pelas contas: fornecedores; salários e encargos sociais; instituições financeiras e; outras obrigações de curto prazo (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

Os fornecedores, também denominado duplicatas a pagar, representam as compras de mercadorias (no caso de empresas comerciais) ou de matéria-prima e outros materiais que serão utilizados na produção (no caso de indústrias) efetuadas pela empresa com pagamento a prazo – os gastos a prazo com ativos permanentes devem aparecer separados das dívidas

relativas à compra de mercadorias e matérias-primas (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

Os salários e encargos sociais incluem os salários dos meses encerrados que serão pagos no mês seguinte, bem como os encargos sociais decorrentes da folha de pagamento, tais como FGTS e INSS. (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010). Silva (2010) aponta a possibilidade de provisionar as férias e o 13º salário do funcionário, mesmo que estas contas não devam ser pagas no mês seguinte.

Os impostos e taxas a pagar ou a recolher é a conta onde são agrupados os tributos – obrigações fiscais, como impostos, taxas e contribuições, tais como ICMS (impostos sobre circulação de mercadorias e serviços), IPI (imposto sobre produto industrializado), ISS (imposto sobre serviço), PIS (programa de integração social), IRRF (imposto de renda retido na fonte) e Cofins (contribuição para o financiamento da seguridade social) (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

Na conta instituições financeiras, conforme Silva (2010, p. 115), “são classificados os empréstimos obtidos pela empresa em bancos comerciais, bancos de investimentos e instituições financeiras, de modo geral”. Há a diferenciação entre empréstimo e financiamentos, sendo este utilizado para financiar a compra de um bem do imobilizados e aquele para designar a obtenção de recursos para cobrir necessidades de giro (SILVA, 2010).

Outras obrigações de curto prazo são demais obrigações, como dividendos a distribuir, energia elétrica, telefone, aluguéis etc. tendem a não ser expressivas, representando menos de 10% do próprio passivo circulante (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

O Passivo Não Circulante são obrigações de longo prazo caracterizadas por terem seu vencimento após o término do exercício seguinte. São contas deste grupo, por exemplo, os financiamentos que, de modo geral, são obtidos pelas empresas com a finalidade de financiarem bens do ativo imobilizado. Mesmo sendo de longo prazo, à medida que o vencimento se torna igual ou inferior a um ano, seus valores vão sendo transferidos para o passivo circulante (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

O Patrimônio Líquido representa os recursos pertencentes aos proprietários da empresa. É a diferença entre o ativo total e as dívidas. É formado pelo capital social, reservas de capital, reservas de lucro, ações em tesouraria, ajuste de avaliação patrimonial e prejuízos acumulados (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; SILVA, 2010).

3.2 A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é definida por Megliorini e Vallim (2009, p.41) como “um relatório contábil que evidencia a formação do resultado líquido do exercício pelo confronto das receitas com os custos e as despesas apuradas em obediência ao regime de competência”.

A DRE mostra, em sequência lógica e ordenada, o resultado das operações sociais, bem como todos os fatores que influenciaram para mais ou para menos, procurando evidenciar o resultado operacional e o resultado líquido (REIS, 2006). Desse modo, “a demonstração do resultado da empresa abriga: (I) as receitas; (II) os custos dos produtos, mercadorias e serviços; (III) as despesas relativas a determinado período, que normalmente é de um ano” (SILVA, 2010, p. 125). O Quadro 02 apresenta a estrutura da DRE.

A receita operacional bruta, também denominada vendas brutas, é o resultado das vendas dos produtos (no caso das indústrias), das mercadorias (no caso das empresas comerciais) ou dos serviços (no caso de empresas prestadoras de serviço), ou seja, é o valor do faturamento bruto da empresa, a soma de todas as notas fiscais emitidas (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010).

RECEITA OPERACIONAL BRUTA
(-) Vendas canceladas e abatimento sobre vendas
(-) Imposto sobre vendas
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) Custo dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos
LUCRO BRUTO
(-) Despesas com vendas
(-) Despesas administrativas
(-) Outras despesas e receitas operacionais
RESULTADO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS
(+/-) Despesas e receitas financeiras
RESULTADOS ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
(+) Despesas com tributos sobre os lucros
(-) Participações
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 02 – Demonstração do Resultado do Exercício.

Fonte: SILVA (2010, p. 126).

Da receita operacional bruta são deduzidos os cancelamentos, os abatimentos e os impostos incidentes sobre as vendas (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010). Os cancelamentos, decorrentes de quebras e avarias na mercadoria, ou pela má qualidade do serviço, bem como os produtos não atenderem as suas especificações, ou outro fator qualquer, geram devoluções (REIS, 2006; SILVA, 2010). Os abatimentos são descontos especiais concedidos aos clientes, por defeitos, quebras, avarias, devolução parcial da mercadoria ou qualquer irregularidade na prestação do serviço (REIS, 2006; SILVA, 2010). “As devoluções e abatimentos não incluem descontos financeiros concedidos a clientes para pagamento antecipado, o qual é considerado uma despesa financeira” (MEGLIORINI e VALLIM, 2009, p. 41). Os impostos que incidem sobre as vendas podem ser transferidos para os governos federal (IPI pagos pelas indústrias), estadual (ICMS pago pelas empresas comerciais) e ao governo municipal (ISS pago pelas prestadoras de serviço), entre outros (SILVA, 2010).

A diferença entre a receita operacional bruta e os cancelamentos, abatimentos e os impostos incidentes sobre as vendas é a receita operacional líquida (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010). “A receita operacional líquida é a parte da receita que ficará para a empresa cobrir seus custos e despesas para gerar lucro” (SILVA, 2010, p. 129).

Da receita operacional líquida são deduzidos os custos operacionais, que podem ser: custo dos produtos vendidos (CPV), denominação esta usada em empresas industriais, sendo estes custos relativos aos gastos com fabricação, composto pelo custo da matéria-prima, mão-de-obra e por todos os demais processos; custo da mercadoria vendida (CMV), denominação usada no caso de empresas comerciais, cujo custo engloba os valores pagos a fornecedores, acrescidos de fretes e seguros; custo dos serviços prestados (CSP), caso a empresa em questão seja uma prestadora de serviços, onde os custos da empresa são compostos basicamente da mão-de-obra e da estrutura de que a empresa dispõe para realizar seus serviços. A diferença entre o custo operacional e a receita líquida é o lucro bruto (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010).

Do lucro bruto são deduzidas as despesas operacionais, que correspondem aos gastos normais de funcionamento da empresa. Tais despesas operacionais se dividem em: despesas administrativas; despesas de vendas; despesas gerais e outras despesas ou receitas operacionais. As despesas administrativas compreendem os gastos incorridos com as atribuições da administração geral, incluindo salários, honorários da diretoria, aluguéis de

escritório, materiais para expediente, entre outros. As despesas com vendas são as despesas necessárias às atividades comerciais da empresa, gastos incorridos com a geração de receita, incluindo aqueles relativos à promoção, publicidade e pesquisa de mercado, vendas e distribuição de produtos, mercadorias e serviços, salários e comissões dos vendedores. Em despesas gerais estão inclusas outras despesas excepcionais. A diferença entre o lucro bruto e as despesas operacionais é o chamado resultado operacional da empresa, ou lucro operacional (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010).

O lucro operacional da empresa é seguido do resultado de equivalência patrimonial. Conforme a Lei 6.404/76 é obrigatório o uso do método de equivalência patrimonial para a avaliação dos investimentos relevantes em outras coligadas. A empresa investidora deve reconhecer em sua demonstração uma parcela dos lucros ou dos prejuízos da empresa no qual tem seus investimentos, na proporção da participação de seu capital. Quando houver lucro, a equivalência deve ser positiva, caso contrário, se houver prejuízos, a equivalência deve ser negativa (SILVA, 2010).

A equivalência patrimonial deve ser somada (ou subtraída) do resultado operacional da empresa, para gerar o já mencionado lucro antes dos juros e do imposto de renda (LAJIR). O LAJIR, por sua vez, tem relação direta com a conta resultado financeiro líquido, que é a diferença entre receitas e despesas financeira. As receitas financeiras são oriundas de juros obtidos pelas aplicações de saldo em caixa, descontos obtidos de fornecedores, juros cobrados por atrasos de clientes, entre outros. As despesas financeiras englobam juros pagos a instituições financeiras relativo a empréstimos, comissões bancárias, impostos sobre operações financeiras, descontos concedidos a clientes etc. Sendo assim, ao LAJIR somam-se as receitas ou deduzem-se as despesas financeiras, gerando o lucro antes do imposto de renda – LAIR (MEGLIORINI e VALLIM, 2009; REIS, 2006; SILVA, 2010).

Do LAIR subtraem-se os impostos, que representem uma porcentagem do lucro tributável. Após isso, subtraem-se as participações de terceiros, sendo estas estatutárias, que representam parcelas dos lucros destinados a empregados, diretores, debenturistas ou portadores de partes beneficiárias (REIS, 2006; SILVA, 2010).

Por fim, aparece a conta lucro líquido, que representa a parcela do resultado do período que sobrou e fica a disposição dos acionistas ou sócios, para ser retirada ou reinvestida (REIS, 2006; SILVA, 2010).

4 ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA RETROSPECTIVO

O fluxo de caixa está relacionado às entradas e saídas de dinheiro (ou equivalentes) na empresa e é dividido em fluxo das operações, fluxo dos investimentos e fluxo dos financiamentos (MEGLIORINI e VALLIM, 2009).

A demonstração do resultado do exercício mostra se a empresa teve lucro ou prejuízo num determinado período. Entretanto, mesmo obtendo lucro, a empresa pode ter seu caixa reduzido. Isso acontece por vários motivos. O primeiro deles refere-se ao fato de que a DRE é feita com base no chamado regime de competência que considera despesas que foram incorridas e não foram pagas no período, ou mesmo receitas que não foram recebidas. O segundo motivo refere-se a alguns itens não desembolsáveis que são considerados na apuração do lucro contábil, mas que não alteram o caixa da empresa. O terceiro fato refere-se à possibilidade da empresa ter obtido bens para seu ativo permanente utilizando os recursos financeiros obtidos no período, provocando modificações em seu caixa (SILVA, 2010).

Segundo Silva (2010, p. 450), “há duas formas básicas de apresentação do fluxo de caixa retrospectivo: o método direto e o método indireto”. Ademais, é importante ressaltar que esses métodos utilizam um conceito modular de fluxo de caixa, no qual cada módulo representa

uma etapa necessária para a correta interpretação do desempenho da empresa, bem como do impacto das decisões operacionais e estratégicas de suas decisões (SILVA, 2010).

O modo direto, que pode ser visualizado no Quadro 03, é construído da seguinte maneira: os itens de natureza operacional são obtidos basicamente dos balanços patrimoniais e da demonstração do resultado do exercício, além de algumas informações adicionais referentes a decisões de investimento e financiamento, que podem ser obtidas diretamente com a administração da empresa ou através de notas explicativas, caso a empresa em questão seja uma sociedade anônima (SILVA, 2010).

Demonstração dos fluxos de caixa - DFC
ATIVIDADES OPERACIONAIS Receita de vendas (+) Duplicatas a receber (inicial) (-) Duplicatas a receber (final) (=) Recebido de clientes
(-) Baixas referentes aos incobráveis (+) Nova provisão líquida (despesas) (=) Provisão para devedores duvidosos (+) Valor recebido de clientes (=) Valor recebido de clientes (ajustado) (a)
Custo do produto vendido /da mercadoria vendida / do serviço prestado (+) Estoque (final) (-) Estoque (inicial) (=) Compras (+) Fornecedores (inicial) (-) Fornecedores (final) (=) Pagamento a fornecedores (b)
Despesas de salários e encargos (+) Despesas gerais (+) Salários e encargos sociais (inicial) (-) Salários e encargos sociais (final) (+) Contas a pagar (inicial) (-) Contas a pagar (final) (=) Pagamento de despesas (c)
Caixa líquido das atividades operacionais (d) = (a - b - c)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (+/-) Variação do ativo imobilizado (+/-) Variação dos investimentos (+/-) Outras receitas/despesas financeiras (=) Caixa líquido das atividades de investimento (e)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (+/-) Variação no capital de sócios e coligadas (+) Empréstimos e financiamento (-) Distribuição de dividendos (=) Caixa líquido das atividades de financiamento (f)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (g) = (d + e + f)
*Valor inicial das disponibilidades (h)
*Valor final das disponibilidades (i) = (g + h)

Quadro 03 – Método Direto do Fluxo de Caixa

Fonte: Adaptado de SILVA (2010, p. 450).

A primeira etapa consiste em saber o montante de dinheiro que a empresa recebeu de seus clientes no período, valor este que consiste basicamente nas vendas do período menos a variação apresentada pela conta duplicatas a receber entre o início e o fim do ano – a receita e os impostos são obtidos através da DRE e os valores referentes às duplicatas são obtidos dos balanços patrimoniais.

É possível ainda conciliar esses valores com os valores relativos à provisão para devedores duvidosos, bem como com os incobráveis do período, que alteram os valores recebidos dos clientes (SILVA, 2010).

Quanto ao pagamento feito aos fornecedores, o raciocínio é análogo ao desenvolvido anteriormente. Como as compras de um período podem ser feitas à vista ou a prazo, o montante pago aos fornecedores é representado pelas compras do período somadas à variação da dívida da empresa junto aos fornecedores (SILVA, 2010).

No que se refere ao pagamento das despesas e impostos, em cada período a empresa paga despesas que foram de competência do exercício anterior e, ao mesmo tempo, deixa parte das despesas do próprio exercício para pagar no exercício seguinte.

Desse modo, consideram-se as despesas de salários e encargos mais as despesas gerais e acrescentam-se os respectivos valores a pagar no final do ano em questão.

Assim, chega-se à linha (d), que expressa o caixa líquido das atividades operacionais, possibilitando a visualização da geração de caixa decorrente da atividade principal da empresa (SILVA, 2010).

No grupo das atividades de financiamento as informações referentes à compra, venda e baixa de ativos imobilizados, bem como aos valores referentes aos financiamentos e às receitas e despesas financeiras são obtidos nas informações adicionais. Processo análogo ocorre nas atividades de financiamento (SILVA, 2010).

As decisões de investimento e financiamento fazem parte de um contexto estratégico das empresas. Desse modo, investir na aquisição de bens do ativo permanente está associado a uma política de expansão e modernização da empresa.

A forma como a empresa financiará seus investimentos, ou seja, se com recursos próprios ou de terceiros, também é parte do contexto estratégico relacionado à sua estrutura de capitais.

Assim as associações entre as aplicações e suas respectivas formas de financiamento resultam numa variação líquida de caixa que pode ser vista no último bloco do fluxo de caixa, denominado variação das disponibilidades (SILVA, 2010).

O método indireto, que pode ser visualizado no Quadro 04, é o segundo modo de construção do fluxo de caixa retrospectivo, que também leva ao fluxo de caixa líquido do período (ou variação das disponibilidades).

Este método parte do lucro líquido e faz uma série de ajustes relativos aos itens que não afetaram o caixa da empresa no período para chegar ao fluxo de caixa operacional líquido.

Entretanto, os itens relacionados às decisões estratégicas não mudam a forma de apresentação quando a DFC é elaborada pelo método direto ou indireto (SILVA, 2010).

Demonstração dos fluxos de caixa – DFC
ATIVIDADES OPERACIONAIS
Lucro líquido
(-) Despesas financeiras
(-) Depreciação
(-) Provisão para IR
(+/-) Variação das duplicatas a receber
(+/-) Variação dos estoques
(+/-) Variação dos fornecedores
(+/-) Variação dos salários e encargos sociais
(+/-) Variação das contas a pagar
(=) Caixa líquido das atividades operacionais (a)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
(+/-) Variação do ativo imobilizado
(+/-) Variação dos investimentos
(+) Receitas financeiras
(=) Caixa líquido das atividades de investimento (b)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
(+/-) Variação no capital de sócios e coligadas
(+) Empréstimos e financiamento
(-) Distribuição de dividendos
(=) Caixa líquido das atividades de financiamento (c)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (d) = (a + b + c)
*Valor inicial das disponibilidades (e)
*Valor final das disponibilidades (f) = (d + e)

Quadro 04 – Método Indireto do Fluxo de Caixa

Fonte: Adaptado de SILVA (2010, p. 458).

5 O FLUXO DE CAIXA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Para as empresas que mantêm controles financeiros atualizados (Balanço Patrimonial e DRE) é fácil a preparação de fluxo de caixa. Entretanto, pequenas empresas geralmente não mantêm estes controles internos atualizados, o que dificulta a elaboração do Fluxo de Caixa pelo método apresentado anteriormente (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com Oliveira (2005), as seguintes informações ou estimativas são necessárias para a preparação de um fluxo de caixa no período de tempo entre três e seis meses:

- Previsão de vendas e os respectivos prazos de recebimentos;
- Previsão das compras e os respectivos prazos de pagamento aos fornecedores;
- Levantamento dos valores a receber dos clientes, das vendas já realizadas;
- Levantamento dos compromissos a pagar aos fornecedores e pagamento de despesas operacionais mensais;
- Levantamento das disponibilidades financeiras existentes.

Com base nestas informações, há a proposta de controle de fluxo de caixa a partir de três planilhas eletrônicas: a planilha para a elaboração efetiva do fluxo de caixa e duas planilhas auxiliares, uma para a projeção dos recebimentos das vendas a prazo e outra para a projeção de pagamentos aos fornecedores (OLIVEIRA, 2005).

É necessário também fazer o levantamento de valores a receber de clientes e de valores a pagar a fornecedores, pois estas informações também serão utilizadas na elaboração da planilha referente ao fluxo de caixa (OLIVEIRA, 2005).

Caso a empresa não possua um método de previsão de vendas, pautadas por metas, por exemplo, é necessário adotar e aplicar um método para iniciar estas previsões. Existem vários métodos de previsão de demanda, entretanto, Oliveira (2005) sugere o mais simples de todos que é se pautar nas vendas ocorridas no mesmo período do ano anterior, acrescentando este valor com a projeção de crescimento esperado para as vendas da empresa.

Com base nestas informações, pode-se preparar a previsão do recebimento das vendas para o período analisado, ou seja, o período em que os recebimentos das vendas entrarão no caixa da empresa (OLIVEIRA, 2005).

Para isso, utiliza-se a planilha auxiliar demonstrada no Quadro 05.

MÊS	PREVISÃO DAS VENDAS	PREVISÃO DO RECEBIMENTO DAS VENDAS				
		Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05
1						
2						
3						
4						
Soma						

Quadro 05 – Cálculo dos Recebimentos das Vendas Projetadas.

FONTE: OLIVEIRA (2005, p. 58).

A segunda planilha auxiliar, que se refere à previsão de pagamento das compras, deve ser construída de acordo com a previsão (ou meta) de compras mensais. De modo geral, as compras têm relação direta com a quantidade a ser produzida. Assim, para evitar que a empresa fique com excedentes de matéria-prima e insumos no estoque, as metas de compra não devem ultrapassar as metas de consumo (OLIVEIRA, 2005).

O Quadro 8 demonstra a planilha de cálculo do pagamento das compras previstas.

MÊS	PREVISÃO DE COMPRAS	PREVISÃO DE PAGAMENTO DAS COMPRAS						
		Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07
1								
2								
3								
4								
Soma								

Quadro 08 – Cálculo do Pagamento das Compras Previstas.

FONTE: OLIVEIRA (2005, p. 59).

A planilha de valores a receber de clientes deve ser utilizada por empresas que vendem a prazo para seus clientes. Ela constitui, na verdade, um controle de contas a receber, que também fornecerá informações para o fluxo de caixa (OLIVEIRA, 2005).

Oliveira (2005) destaca três pontos importantes dessa planilha: (i) caso a clientela atrase os pagamentos, deve-se descobrir qual é o índice de inadimplência para que a previsão de valores a receber não fique distorcida; (ii) caso constem valores de difícil recebimento, estes não devem ser incluídos no fluxo de caixa, pois constituem perdas com incobráveis e também gerariam previsões irreais; (iii) do mesmo modo, cheques e duplicatas já descontadas pela empresa não devem ser incluídas nesta previsão, pois já foram recebidas pela empresa. O Quadro 09 apresenta o controle dos valores a receber de clientes.

TIPO DO DOCUMENTO	POSIÇÃO DOS VALORES A RECEBER				
	Valores vencidos	Mês 01	Mês 02	Mês 03	TOTAIS
Cheques pré-datados					
Duplicatas					
Cartões de crédito					
Notas promissórias					
Outros					
Soma					

Quadro 09 – Levantamento dos Valores a Receber de Clientes.

FONTE: OLIVEIRA (2005, p. 59).

A planilha de levantamento dos valores a pagar deve ser preenchida de maneira similar à anterior. Ou seja, deve ser levantado por meio deste controle de contas a pagar os compromissos que a empresa tem com fornecedores, impostos, financiamentos e as despesas operacionais, tais como folha de pagamento e encargos, aluguel, energia, telefone, retiradas dos sócios, serviços de contabilidade, entre outros (OLIVEIRA, 2005).

O Quadro 10 demonstra a planilha de controle de contas a pagar.

COMPROMISSOS	VENCIMENTOS				
	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	TOTAIS
Fornecedores					
Folha de pagamento					
INSS a recolher					
FGTS					
Férias					
13º salários					
Retirada dos sócios					
Impostos sobre vendas					
Aluguéis					
Energia elétrica					
Telefone					
Contabilidade					
Despesas diversas					
Despesas financeiras					
Soma					

Quadro 10 – Levantamento dos Valores a Pagar.

FONTE: OLIVEIRA (2005, p. 64).

Após obter todas as informações dos formulários anteriores, que serão utilizadas para construir a planilha de fluxo de caixa, é necessário fazer um último levantamento, referente às disponibilidades que a empresa tem – dinheiro em caixa, cheques para depósito, aplicações financeiras de resgate imediato, além de outras aplicações de curto prazo. O total das disponibilidades será inserido no campo “saldo inicial de caixa” (OLIVEIRA, 2005).

O Quadro 11 demonstra a planilha do fluxo de caixa.

FLUXO DE CAIXA					
	Previsões				
Entradas	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05
Previsão de recebimento de vendas					
Contas a receber - contas já realizadas					
Outros recebimentos					
Total de entradas					
Saídas					
Previsão de pagamento de compras					
Fornecedores					
Folha de pagamento					
INSS a recolher					
FGTS					
Férias					
13º salários					
Retirada dos sócios					
Impostos sobre vendas					
Aluguéis					
Energia elétrica					
Telefone					
Contabilidade					
Despesas diversas					
Despesas financeiras					
Total de saídas					
DEMONSTRATIVO DOS SALDOS					
(1) Entradas - Saídas					
(2) Saldo Anterior					
(3) Saldo Acumulado (1-2)					
(4) Necessidade de empréstimos					
(5) Saldo Final (3 + 4)					

Quadro 11 – Planilha do Fluxo de Caixa.

FONTE: OLIVEIRA (2005, p. 67).

6 CONCLUSÃO

O fluxo de caixa é um importante instrumento de gestão financeira, que auxilia o gestor a prever as entradas e saídas de caixa da empresa durante um determinado período. Assim, é possível ao gestor planejar o caixa da empresa, estimando a evolução e a posição do caixa operacional, do caixa de financiamentos e do caixa de investimentos em um período futuro. Desse modo, o fluxo de caixa constitui-se em um instrumento tanto de controle quanto de planejamento.

Como explanado, em empresas que possuem um sistema contábil consolidado é possível obter, através dos dados do Balanço Patrimonial e da DRE, o fluxo de caixa retrospectivo. No entanto, em micro e pequenas empresas, onde pode não haver uma gestão profissional, o controle contábil pode não refletir a real posição patrimonial da empresa. Para estes casos, sugeriu-se uma metodologia alternativa para construção do fluxo de caixa, feita através de dados coletados e organizados em planilhas auxiliares, elaborada pelo SEBRAE/MG.

É importante destacar que as duas técnicas apresentadas para construir o fluxo de caixa produzem efeitos igualmente válidos, sendo a escolha entre uma ou outra decisão condicionada à realidade empresarial onde o gestor está inserido. Dessa forma, a técnica retrospectiva utiliza as informações do balanço patrimonial e da DRE, e – como o próprio nome diz – fornece o fluxo de caixa de um período passado, enquanto a técnica sugerida pelo SEBRAE/MG exige mais esforços da empresa para coletar e organizar as informações, mas, em contrapartida, fornece dados sempre atuais, podendo o gestor montar seu fluxo de caixa sempre que achar necessário.

Desse modo, ao mesclar essas duas técnicas de fluxo de caixa – fluxo de caixa retrospectivo e fluxo de caixa com base em planilhas auxiliares – este artigo cumpre seu objetivo, pois demonstra duas abordagens distintas e complementares, fornecendo soluções acerca de planejamento e controle de fluxo caixa para empresas de todos os tamanhos.

7 REFERÊNCIAS

- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. 12ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica a gerencial. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.
- MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração Financeira**: uma abordagem brasileira. Nova edição atualizada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- OLIVEIRA, Edilson Campos. **Manual Como Elaborar Controles Financeiros**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/ceara/acesse/publicacoes-1/planeje-suas-acoas/PlanoFinanceiro.pdf>>. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.
- REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis**: estrutura e análise. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 10ª Edição atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.